



Colégio 00001 Sala 0001 Ordem 0001

Novembro/2015

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

### Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário** **Área Administrativa**

Nome do Candidato  
Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição  
MODELO

Nº do Caderno  
TIPO-001

Nº do Documento  
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### CONHEC. GERAIS/CONHEC. ESPECÍFICOS/REDAÇÃO

Cargo ou opção C03 - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA

Tipo gabarito 1

Gabarito preliminar divulgado em 30/11/2015.

001 - B	011 - A	021 - A	031 - C	041 - A	051 - E
002 - C	012 - E	022 - B	032 - D	042 - B	052 - A
003 - A	013 - D	023 - E	033 - C	043 - E	053 - B
004 - B	014 - E	024 - D	034 - B	044 - C	054 - D
005 - E	015 - B	025 - B	035 - A	045 - B	055 - C
006 - C	016 - C	026 - D	036 - E	046 - D	056 - D
007 - A	017 - A	027 - A	037 - D	047 - A	057 - A
008 - B	018 - D	028 - C	038 - D	048 - B	058 - C
009 - D	019 - E	029 - E	039 - C	049 - E	059 - B
010 - C	020 - D	030 - A	040 - A	050 - D	060 - E

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 10.

*A Áustria entrou para a história da inteligência do século 20 como fonte de gênios – Sigmund Freud, o criador da psicanálise, e o pintor expressionista Egon Schiele são alguns deles. Em outra face, menos vistosa, foi também um dos berços mentais do nazismo. Numa perspectiva mais amena, vastas regiões do país são conhecidas pela sua beleza inóspita, altas montanhas, desfiladeiros e precipícios onde a neve e o verde competem, sob a proteção de hospedarias pitorescas, para atrair turistas ao som da música típica do Tirol.*

*Lá viveu, também, Thomas Bernhard (1931-1989), um dos mais agressivos escritores do século passado – e alguém que, radicado na Áustria desde criança, dedicou sua vida a falar mal do país, a ponto de tornar esse mal-estar um dos pontos centrais de sua arte. Um dos itens de seu testamento foi a proibição expressa de que peças suas fossem representadas e seus textos inéditos fossem publicados no país – o mesmo país que, hoje, subsidia a tradução de seus livros para o resto do mundo. Podemos nos perguntar como um projeto aparentemente tão limitado – que um leigo creditaria a uma mera expressão de ressentimento confessional – possa de fato se transformar em grande literatura. Em livros como O naufrago, Árvores abatidas e Extinção, um narrador exasperado e aparentemente sem rumo, que se realiza em frases a um tempo irresistíveis e intermináveis, vai como que destruindo a golpes de medida impaciência qualquer possibilidade de remissão humana.*

*Um exemplo: “Num hotel do centro de Viena, cidade que sempre tratou pensadores e artistas com a maior falta de consideração e desfaçatez possíveis e que poderia com certeza ser chamada de o grande cemitério de fantasias e das ideias, porque dilapidou, desperdiçou e aniquilou um número mil vezes maior de gênios do que aqueles aos quais de fato emprestou fama e renome mundial, foi encontrado morto um homem que, com absoluta clareza de pensamento, deixou registrado num bilhete o verdadeiro motivo de seu suicídio, bilhete que, então, prendeu ao paletó.” O trecho é de um dos textos que compõem O Imitador de Vozes.*

*Distinta de suas narrativas mais conhecidas, a obra mantém intactas a linguagem e a verve de Thomas Bernhard. Há um humor sombrio em todas as páginas, mas nada se reduz a uma anedota – o leitor ri de algo que não consegue controlar ou definir.*

*Este meticuloso painel do desespero se compõe de breves relatos aparentemente jornalísticos, casos curiosos ou inexplicáveis. O narrador dessas histórias, em que não há quase nada de onírico ou alegórico, frequentemente é uma representação coletiva: “chamou-nos a atenção”, “conhecemos um homem”. Esse “nós”, que nunca se apresenta, é a representação de um coro, uma voz coletiva, o temível “senso comum” – ou a voz da Áustria, que Thomas Bernhard transformou numa província asfixiante e opressiva e numa das obras mais desconcertantes da literatura ocidental.*

(Adaptado de: TEZZA, Cristovao. Disponível em: [http://www.cristovaoorza.com.br/textos/p\\_resenhas.htm](http://www.cristovaoorza.com.br/textos/p_resenhas.htm))

1. Considerado o contexto, afirma-se corretamente que
  - (A) o autor compara Thomas Bernhard a outros romancistas austríacos, concluindo ser inexplicável o motivo pelo qual sua obra foi canonizada.
  - (B) o texto se desenvolve principalmente com base em comentários críticos a respeito da obra do escritor austríaco Thomas Bernhard.
  - (C) Tezza critica a tendência de Thomas Bernhard de evocar um temível “senso comum” por meio de uma voz coletiva, estratégia, no entanto, inócua em sua obra.
  - (D) Tezza apresenta a Áustria como um país opressor, justificando, desse modo, o fato de ter sido um dos países em que o nazismo floresceu.
  - (E) o texto discorre sobre as características do povo austríaco, captadas com precisão por Bernhard, cujos escritos provocativos causaram o banimento de suas obras do país.
2. De acordo com o texto, é atributo essencial da obra de Bernhard
  - (A) a existência de paisagens pitorescas na região do Tirol.
  - (B) a presença de um narrador onisciente.
  - (C) o mal-estar em relação à Áustria.
  - (D) o humor sarcástico por meio do qual retrata acontecimentos bizarros.
  - (E) a verbosidade solene, que ostenta erudição.
3. Considere as afirmações abaixo.
  - I. No segmento... *que um leigo creditaria a uma mera expressão de ressentimento confessional...* (2º parágrafo), podem-se substituir os travessões por vírgulas.
  - II. Sem prejuízo do sentido e da correção, no segmento...*altas montanhas, desfiladeiros e precipícios onde a neve e o verde competem...*, o elemento sublinhado pode ser substituído por: “cuja”. (1º parágrafo)
  - III. Sem prejuízo da correção, uma pontuação alternativa para o segmento que inicia o 4º parágrafo é: Distinta de suas narrativas mais conhecidas, a obra mantém intactas, a linguagem e a verve de Thomas Bernhard.

Está correto o que se afirma APENAS em

  - (A) I.
  - (B) I e II.
  - (C) III.
  - (D) II e III.
  - (E) I e III.



4. O elemento que se encontra em destaque justifica a flexão verbal sublinhada em:
- (A) ...vai como que destruindo a golpes de medida impaciência qualquer possibilidade de remissão humana. **um projeto** (2º parágrafo)
- (B) ...outra face, menos vistosa, foi também um dos berços mentais do nazismo. **A Áustria** (1º parágrafo)
- (C) ...frequentemente é uma representação coletiva... **painel do desespero** (último parágrafo)
- (D) ...possa de fato se transformar em grande literatura. **ressentimento** (2º parágrafo)
- (E) ...emprestou fama e renome mundial... **hotel do centro de Viena** (3º parágrafo)
- 
5. Sem prejuízo da correção e do sentido, o elemento em destaque pode ser substituído pelo que se encontra entre parênteses em:
- (A) ...qualquer possibilidade de remissão humana. (impiedade) 2º parágrafo
- (B) ...com a maior falta de consideração e desfaçatez possíveis... (indiferença) 3º parágrafo
- (C) ...conhecidas pela sua beleza inóspita,... (profícua) 1º parágrafo
- (D) –o mesmo país que, hoje, subsídio a tradução de seus livros... (consolida) 2º parágrafo
- (E) a linguagem e a verve de Thomas Bernhard... (vivacidade) 4º parágrafo
- 
6. Consideradas a correção e as relações de sentido estabelecidas no texto, afirma-se corretamente:
- (A) No segmento ...vai como que destruindo a golpes de medida impaciência... (2º parágrafo), o elemento sublinhado por ser substituído por: "por assim dizer".
- (B) O sinal indicativo de crase é facultativo e pode ser inserido no elemento sublinhado em: que um leigo creditaria a uma mera expressão de ressentimento confessional... (2º parágrafo)
- (C) O segmento ...para atrair turistas ao som da música típica do Tirol (1º parágrafo) introduz noção de causa, de maneira que o elemento sublinhado pode ser substituído por: "por".
- (D) O elemento sublinhado em porque dilapidou, desperdiçou e aniquilou... (3º parágrafo) introduz a consequência do que se afirma antes e pode ser substituído por "por isso".
- (E) O elemento sublinhado em ...que Thomas Bernhard transformou numa província asfixiante... (último parágrafo) introduz uma restrição ao termo imediatamente anterior.
- 
7. A frase que admite transposição para a voz passiva encontra-se em:
- (A) ...que, hoje, subsidia a tradução de seus livros para o resto do mundo.
- (B) A Áustria entrou para a história da inteligência do século 20...
- (C) Sigmund Freud, o criador da psicanálise, e o pintor expressionista Egon Schiele são alguns deles.
- (D) Em outra face, menos vistosa, foi também um dos berços mentais do nazismo.
- (E) Lá viveu, também, Thomas Bernhard...
- 
8. Há um humor sombrio em todas as páginas...
- O verbo que, no contexto, possui o mesmo tipo de complemento do grifado acima está empregado em:
- (A) Lá viveu, também, Thomas Bernhard... (2º parágrafo)
- (B) ...porque dilapidou (...) um número mil vezes maior de gênios... (3º parágrafo)
- (C) ...foi encontrado morto um homem... (3º parágrafo)
- (D) ...a neve e o verde competem (...) para atrair turistas... (1º parágrafo)
- (E) A Áustria entrou para a história da inteligência... (1º parágrafo)
- 
9. Considere os segmentos sublinhados:
- atrair turistas  
que compõem "O imitador de vozes"  
a obra mantém intactas a linguagem e a verve
- Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos sublinhados acima foram corretamente substituídos por um pronome em:
- (A) atraí-los - lhe compõem - lhes mantém
- (B) atrair-lhes - o compõem - mantém-nas
- (C) atrair-lhes - compõem-no - mantém-lhes
- (D) atraí-los - o compõem - mantém-nas
- (E) atrair-lhes - lhe compõem - as mantém
- 
10. Está correta a **redação** da frase que se encontra em:
- (A) Na infância e na adolescência marcado por extremas dificuldades, Bernhard foi criado pelo avô – o qual, foi seu mestre e mentor para toda a vida – e enfrentando a miséria da guerra em Salzburgo.
- (B) Em 1978, o escritor Italo Calvino recomendou a uma editora italiana que, publicassem Thomas Bernhard, e lhe apresentou como o mais importante autor daquela época.
- (C) Em *Origem*, Thomas Bernhard discorre sobre o período de sua formação em que, à procura de si mesmo, descobriu também a literatura.
- (D) Uma das paixões de Bernhard, a qual se dedicou com fervor, foi o estudo da música, além de abandonar o ginásio para ser aprendiz de comerciante.
- (E) Quando uma gripe mal curada degenerou numa grave doença pulmonar, a beira da morte, boa parte da adolescência de Bernhard se passam em hospitais e sanatórios.



**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 11 a 15.

*Há uma explicação para a escultura de Picasso não ter sido reunida com frequência. Picasso, o filho de pintor, treinado como pintor, não se levava a sério como escultor. Não considerava as esculturas vendáveis ou tema de exposição. Ele as guardava em casa e no estúdio, misturadas aos objetos da decoração. Depois de sua morte, em 1973, a organização do espólio permitiu que obras fossem adquiridas por outras coleções. Embora as esculturas ficassem longe do público, elas foram vistas por artistas que visitavam Picasso.*

*O diálogo do pintor com o escultor é constante. A escultura, diz a curadora Ann Temke, adaptava-se ao temperamento irrequieto de Picasso, que se permitia improvisação no meio. Na década em que predomina o metal, ela se diverte com a ideia do artista mais rico da história frequentando ferros-velhos em busca de objetos.*

*A influência da arte africana sobre a pintura de Pablo Picasso é conhecida. É só admirar as sublimes Demoiselles D'Avignon, que moram no quinto andar do MoMA. Mas só quando apreciamos a obra em escultura a conexão fica mais evidente e compreensiva. Ann Temke lembra que a visita de Picasso ao Museu Etnográfico de Paris, em 1907, por sugestão do amigo e pintor André Derain, foi um divisor de águas. "A noção de fazer um espírito habitar uma figura vem daí", diz ela. "Você não olha para a escultura europeia daquele tempo e pensa neste poder mágico."*

*A curadora vê na representação erótica das formas femininas uma âncora do diálogo entre o pintor e o escultor. "Ele estava mapeando a renovação de sua linguagem em duas e três dimensões ao mesmo tempo."*

(Adaptado de: GUIMARÃES, Lúcia. **O Estado de S. Paulo**. 26 Setembro 2015)

11. Depreende-se do texto:

- (A) Ao se considerar a escultura de Pablo Picasso, em comparação com a pintura, percebe-se com maior clareza a influência da arte africana.
- (B) A escultura, segundo Ann Temke, adapta-se ao temperamento desassossegado de Picasso, ao permitir que o artista percorra universos desconhecidos a ele, como os ferros-velhos.
- (C) A noção de que um espírito pode habitar uma figura tornou-se mais atraente a Picasso a partir do momento em que percorreu com mais afinco o campo da escultura europeia.
- (D) Em decorrência da memória de seu pai, também pintor, Picasso considerava a escultura como uma arte menor.
- (E) Embora as considerasse bem aceitas pelo mercado consumidor, Picasso preferiu manter suas esculturas em casa, como objetos de decoração pessoal.

12. Considere para o que se afirma:

- I. O elemento sublinhado em *...que se permitia improvisação no meio.* (2º parágrafo) introduz uma restrição ao sentido do termo imediatamente anterior.
- II. Sem prejuízo da correção e do sentido, o segmento sublinhado em *Na década em que predomina o metal...* (2º parágrafo) pode ser substituído por: "à qual".
- III. O elemento sublinhado em *...que moram no quinto andar do MoMA* (3º parágrafo) é um pronome, com o papel de sujeito na oração que introduz.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) III.

13. *Embora as esculturas ficassem longe do público, elas foram vistas por artistas que visitavam Picasso.*

Sem prejuízo da correção e do sentido, o elemento sublinhado acima pode ser substituído por:

- (A) Porquanto
- (B) Apesar de
- (C) Contudo
- (D) Conquanto
- (E) A despeito de

14. Uma redação alternativa para um segmento do texto, em que se mantém a correção e, em linhas gerais, o sentido original está em:

- (A) Depois da morte de Picasso, em 1973, a organização do espólio do artista concedeu uma autorização à outras coleções para que pudessem adquirir obras suas.
- (B) Expostas no quinto andar do MoMA, a obra as sublimes *Demoiselles D'Avignon* denunciam a influência da arte africana, na pintura de Pablo Picasso.
- (C) A visita de Picasso ao Museu Etnográfico de Paris, conforme lembra Ann Temke, em 1907, sugerido pelo amigo e pintor André Derain, configura-se um momento marcante.
- (D) Na representação erótica das formas femininas, ancoram-se o diálogo entre o pintor e o escultor, cuja renovação da linguagem, ao mesmo tempo, em duas e três dimensões estavam sendo experimentadas.
- (E) Misturadas aos objetos da decoração, as esculturas não eram expostas por Picasso, que as guardava em casa e no estúdio, uma vez que as considerava pouco comerciais.

15. Consideradas as normas de concordância verbal, a frase em que estão plenamente respeitadas é:

- (A) Não chegou a preocupar Picasso, evidentemente, as condições de venda de suas esculturas ou mesmo se poderiam ser tema de exposição.
- (B) Ao se deterem nas obras de Picasso, muitos dos que apreciam a escultura percebem nela uma evidente conexão com a arte africana.
- (C) Ao permitirem improvisações, segundo a curadora Ann Temke, a escultura se adaptava ao temperamento irrequieto de Picasso.
- (D) À época, quando se olha as esculturas europeias não se pensa em um poder mágico delas derivado.
- (E) Devem haver explicações para a escultura de Picasso, embora de reconhecido valor artístico, não ter sido reunida com frequência.



### Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

16. A companhia de abastecimento de água de certa região divulga, em seu *website*, a Tabela Tarifária vigente a partir de julho de 2015, na qual informa as tarifas mensais relativas ao consumo de água e ao tratamento de esgoto. A cobrança é sempre feita com base no consumo mensal de água e, se o imóvel for servido também por tratamento de esgoto, a companhia cobra por este último considerando que a água consumida retorna na forma de esgoto.

	Até 10 m <sup>3</sup> de água consumida	Excedente a 10 m <sup>3</sup> de água consumida	Excedente a 30 m <sup>3</sup> de água consumida
Água (todas as localidades)	R\$ 30,54	R\$ 4,58/m <sup>3</sup>	R\$ 7,81/m <sup>3</sup>
Esgoto (Capital)	R\$ 25,96	R\$ 3,89/m <sup>3</sup>	R\$ 6,64/m <sup>3</sup>
Total (Capital)	R\$ 56,50	R\$ 8,47/m <sup>3</sup>	R\$ 14,45/m <sup>3</sup>
Esgoto (demais localidades)	R\$ 24,43	R\$ 3,66/m <sup>3</sup>	R\$ 6,25/m <sup>3</sup>
Total (demais localidades)	R\$ 54,97	R\$ 8,24/m <sup>3</sup>	R\$ 14,06/m <sup>3</sup>

O proprietário de uma residência na Capital, que é servida por água e esgoto, recebeu a conta de água (incluindo a cobrança de água e de esgoto) referente ao mês de outubro de 2015 com valor muito superior ao de costume: R\$ 254,80. Desconfiado de algum vazamento, consultou os dados da tabela acima para calcular o volume de água consumida em sua residência no referido mês. De acordo com esses dados, tal consumo foi de, em m<sup>3</sup>,

- (A) 20.
- (B) 28.
- (C) 32.
- (D) 44.
- (E) 55.
- 
17. Em 2014, para proceder à fusão de suas empresas, os proprietários Antonio, Beto e Carlos decidiram que as partes de cada um, na nova sociedade, deveriam ser proporcionais ao faturamentos de suas empresas no ano de 2013, que foram, respectivamente, de R\$ 150.000,00; R\$ 150.000,00 e R\$ 200.000,00. No final do ano de 2015, entretanto, o sócio Beto estimou que as operações baseadas na estrutura trazida por sua antiga empresa estariam sendo responsáveis por cerca de 65% do faturamento da nova empresa. Assim, pleiteou que sua parte no negócio passasse a 65% e que os 35% restantes fossem divididos proporcionalmente entre os outros dois, de acordo com o faturamento das empresas de Antonio e Carlos em 2013 (ou seja, de acordo com a fração que Antonio e Carlos tinham do faturamento total de suas duas empresas em 2013).

A aceitação da proposta de Beto implicaria que a participação percentual de Carlos no negócio diminuísse de

- (A) 40% para 20%.
- (B) 40% para 15%.
- (C) 30% para 10%.
- (D) 30% para 20%
- (E) 35% para 15%.



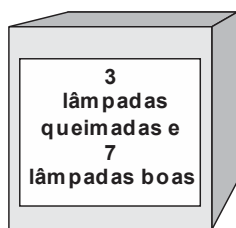
18. Numa reunião de condomínio, na qual estão presentes  $\frac{7}{8}$  dos condôminos, são feitas três propostas, A, B e C, para a reforma da área de lazer. Cada condômino pode votar em uma única proposta e o resultado da votação entre os presentes foi:

	Fração dos presentes que optou pela proposta
Proposta A	$\frac{1}{3}$
Proposta B	$\frac{4}{9}$
Proposta C	$\frac{1}{9}$
Abstenções	$\frac{1}{9}$

Insatisfeito com o resultado, um dos condôminos argumenta que deveria ser convocada nova reunião e nova votação, pois o regimento do condomínio exige que a aprovação de uma resolução tenha o apoio de pelo menos 45% dos condôminos. Supondo que todos os condôminos participassem dessa nova reunião e que os presentes na primeira votação mantivessem suas opções e abstenções, então:

- (A) a proposta A teria chance de ser aprovada.  
(B) a proposta B seria necessariamente aprovada.  
(C) as propostas A e B ficariam necessariamente empatadas.  
(D) apenas a proposta B teria chance de ser aprovada.  
(E) a proposta C passaria a ter chance de ser aprovada.
19. Para um evento promovido por uma determinada empresa, uma equipe de funcionários preparou uma apresentação de *slides* que deveria transcorrer durante um momento de confraternização. Tal apresentação é composta por 63 *slides* e cada um será projetado num telão por exatos 10 segundos. Foi ainda escolhida uma música de fundo, com duração de 4min40s para acompanhar a apresentação dos *slides*. Eles planejam que a música e a apresentação dos *slides* comecem simultaneamente e “rodam” ciclicamente, sem intervalos, até que ambas finalizem juntas. A fim de estudar a viabilidade desse plano, eles calcularam que a quantidade de vezes que a música teria de tocar até que seu final coincidisse, pela primeira vez depois do início, com final da apresentação seria

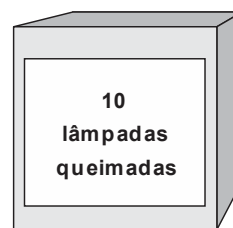
- (A) 5.  
(B) 42.  
(C) 12.  
(D) 35.  
(E) 9.
20. Em três caixas fechadas estão guardadas 30 lâmpadas, algumas boas, outras queimadas. As caixas estão etiquetadas como na ilustração:



CAIXA A



CAIXA B



CAIXA C

Sabe-se que os conteúdos indicados em cada uma das etiquetas estão, de fato, em alguma das caixas. Porém, sabe-se também que todas as etiquetas estão nas caixas erradas. Então, para descobrir o conteúdo de cada uma das caixas, é suficiente retirar e testar, ao acaso,

- (A) 3 lâmpadas, da caixa B.  
(B) 1 lâmpada, da caixa B.  
(C) 1 lâmpada, da caixa C.  
(D) 1 lâmpada, da caixa A.  
(E) 7 lâmpadas, da caixa C.



<p style="text-align: center;"><b>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Noções de Direito Constitucional</b></p>	
<p>21. Considere os itens abaixo.</p> <p>I. Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.</p> <p>II. Pluralismo político.</p> <p>III. Garantir o desenvolvimento nacional.</p> <p>IV. Prevalência dos direitos humanos.</p> <p>Em relação à República Federativa do Brasil, o que consta nos itens I a IV representam, respectivamente,</p> <p>(A) fundamento, fundamento, objetivo fundamental e princípio.</p> <p>(B) fundamento, princípio, princípio e objetivo fundamental.</p> <p>(C) princípio, princípio, fundamento e objetivo fundamental.</p> <p>(D) objetivo fundamental, objetivo fundamental, princípio e objetivo fundamental.</p> <p>(E) princípio, objetivo fundamental, fundamento e fundamento.</p>	<p>25. Considere as seguintes áreas do Direito:</p> <p>I. Direito do trabalho.</p> <p>II. Direito tributário.</p> <p>III. Direito financeiro.</p> <p>Compete privativamente à União legislar sobre as disciplinas constantes em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, apenas.</p> <p>(C) II e III, apenas.</p> <p>(D) I e II, apenas.</p> <p>(E) III, apenas.</p>
<p>22. A Constituição Federal estabelece nos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos que a casa é asilo inviolável, regra que não é aplicável no caso de determinação judicial,</p> <p>(A) a qualquer tempo.</p> <p>(B) durante o dia.</p> <p>(C) nos finais de semana, apenas.</p> <p>(D) nos feriados religiosos, apenas.</p> <p>(E) na hipótese de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, apenas.</p>	<p>26. Processar e julgar, originariamente, os conflitos de competência entre o Tribunal Superior do Trabalho e outros Tribunais Superiores compete ao</p> <p>(A) Conselho Nacional de Justiça.</p> <p>(B) Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(C) Poder Legislativo.</p> <p>(D) Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) Conselho Superior da Justiça do Trabalho.</p>
<p>23. Sobre os direitos políticos consagrados na Constituição Federal, é correto afirmar que</p> <p>(A) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.</p> <p>(B) o alistamento eleitoral e o voto são facultativos aos maiores de sessenta anos.</p> <p>(C) os estrangeiros podem alistar-se como eleitores.</p> <p>(D) é condição de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de vinte e um anos para Prefeito e Vereador.</p> <p>(E) o voto é facultativo para os analfabetos, mas eles são inelegíveis e inalistáveis.</p>	<p>27. Considere os seguintes órgãos:</p> <p>I. Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>II. Tribunais Regionais do Trabalho.</p> <p>III. Juízes do Trabalho.</p> <p>É órgão da Justiça do Trabalho o constante em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) II e III, apenas.</p> <p>(C) I e II, apenas.</p> <p>(D) I e III, apenas.</p> <p>(E) I, apenas</p>
<p>24. Sobre as regras constitucionais para o mandato eletivo, é correto afirmar que</p> <p>(A) pode ser impugnado tanto na Justiça Comum como na Eleitoral.</p> <p>(B) o prazo para sua impugnação é de 15 dias, contados da confirmação do resultado de eleição.</p> <p>(C) o prazo para sua impugnação é de 30 dias, contados da diplomação.</p> <p>(D) o autor da ação de impugnação de mandato eletivo responde, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má fé.</p> <p>(E) a ação de impugnação de mandato eletivo não tramitará em segredo de justiça.</p>	<p>28. Considere as seguintes atividades:</p> <p>I. Participar de sociedade comercial, na forma da lei.</p> <p>II. Exercer atividade político partidária.</p> <p>III. Exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública.</p> <p>Aos integrantes do Ministério Público do Trabalho é VEDADO, constitucionalmente, o constante em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I e III, apenas.</p> <p>(C) I e II, apenas.</p> <p>(D) II, apenas.</p> <p>(E) III, apenas.</p>

**Noções de Direito Administrativo**

29. Nos autos do Recurso Extraordinário 632.265 RJ, o Ministro Relator do Supremo Tribunal Federal entendeu que o Estado do Rio de Janeiro teria editado decreto indevidamente para criar nova forma de recolhimento de tributo, matéria reservada à lei. A conduta do Poder Executivo em questão
- (A) excede o poder de polícia do Chefe do Executivo, que se submete ao estrito princípio da legalidade.
  - (B) somente seria válida para criação de direitos ou deveres para os servidores públicos, para o que o poder normativo do Executivo tem natureza originária.
  - (C) exacerba o poder normativo originário que lhe compete, mas pode ser convalidado em observância ao princípio da eficiência.
  - (D) é expressão do poder regulamentar, não assistindo razão ao STF, na medida em que se está diante de decreto autônomo.
  - (E) excede o poder regulamentar e viola o princípio da legalidade, pois adentra matéria reservada à lei.
- 
30. Marilda é comerciante e possui um estabelecimento comercial funcionando no mesmo local há alguns anos. Recentemente recebeu a visita de um fiscal da Administração pública municipal, que entendeu estar a comerciante descumprindo algumas normas e posturas referentes ao funcionamento e instalação do estabelecimento. Lavrou auto de infração e de imposição de multa. Marilda já apresentou defesa, que foi rejeitada. Marilda pretende apresentar recurso, mas não dispõe do montante necessário para efetuar o depósito prévio exigido no auto de infração. Neste caso
- (A) o fiscal cometeu irregularidade no exercício do poder de polícia, posto que já está sedimentado na jurisprudência ser vedada a exigência de depósito prévio para a apresentação de recurso administrativo.
  - (B) houve irregularidade no exercício do poder de polícia, tendo em vista que é vedada a imposição de multa antes do esgotamento do devido processo legal, com observância do contraditório e da ampla defesa.
  - (C) ficou prejudicado o recurso administrativo de Marilda, que deverá aguardar a ação de cobrança judicial para apresentar sua defesa contra a imposição da multa.
  - (D) o princípio da supremacia do interesse público permite o diferimento do contraditório e da ampla defesa, tanto quanto a garantia do depósito prévio para assegurar o adimplemento do débito aos cofres públicos.
  - (E) a comerciante deverá ajuizar ação judicial para depositar em juízo o valor da multa imposta, garantindo que, caso se sagre vencedora, logrará êxito em obter o levantamento do montante em seu favor de forma mais ágil.
- 
31. A Administração pública licitou um contrato de obras de reforma das instalações de uma escola, sagrando-se vencedora uma empresa local. De acordo com as condições do edital e do contrato, a execução das obras deveria respeitar o horário das aulas, de modo que o período de trabalho diário era mais curto do que normalmente se contrata. Passados alguns meses, a empresa enviou correspondência ao Poder Público contratante, alegando desequilíbrio econômico excessivo no contrato, em razão de seguidos aumentos de custo de material, imputando o alongamento do prazo de execução ao período de trabalho contratado. Aduzindo que essas consequências eram inevitáveis e que estavam onerando excessivamente a empresa, solicitou o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro com base na teoria da imprevisão. O pedido
- (A) deve ser deferido, tendo em vista as condições excepcionais de execução das obras a que estava sujeita a empresa, exigindo que esta absorvesse mais aumentos nos custos de materiais.
  - (B) pode ser deferido, desde que a contratada demonstre que esses eventos eram estranhos à sua vontade, o que os tornaria imprevisíveis.
  - (C) deve ser indeferido, tendo em vista que as condições de execução do contrato eram conhecidas e não é possível alegar imprevisibilidade na majoração dos custos de material.
  - (D) pode ser indeferido se a Administração pública pretender rescindir o contrato, pois poderá lançar mão de sua prerrogativa de extinção unilateral do contrato.
  - (E) depende de reconhecimento judicial das condições caracterizadoras da teoria da imprevisão para que o pedido possa ser deferido administrativamente.
- 
32. Considerando a tripartição de poderes consagrada na Constituição da República de 1988, à função executiva incumbem as atividades prestacionais de interesse público, que são aquelas que visam ao atendimento do interesse coletivo, fornecendo disponibilidades e utilidades aos cidadãos para que estes alcancem o bem-estar. Essas atividades
- (A) são qualificadas como serviços públicos, quando previstas em lei, e desde que prestadas diretamente pelo Poder Público.
  - (B) devem ser qualificadas como serviços públicos independentemente de previsão legal, e podem ter sua titularidade delegada a particulares, pois não importa o regime jurídico de sua prestação.
  - (C) podem ser delegadas a pessoas jurídicas de direito público, de forma a garantir que o regime jurídico de execução seja sempre público, independentemente da titularidade do serviço público.
  - (D) materiais previstas em lei, podem ter sua execução delegada a particulares sem que percam a natureza de serviço público, vedada a transferência da titularidade.
  - (E) devem ser prestadas em regime de gratuidade ou subsidiadas, posto que impera o princípio da modicidade tarifária para os serviços públicos.





33. Finda uma licitação para contratação de serviço de vigilância, pendente apenas a adjudicação do objeto ao vencedor, pretende a empresa exigir da Administração pública a efetivação daquele ato, seguido da assinatura do contrato, alegando que cumpriu todas as formalidades legais pertinentes ao procedimento licitatório e se organizou para dar início à prestação dos serviços. Aduz assim, que a demora está lhe ocasionando prejuízos. À empresa
- (A) não assiste direito em exigir a adjudicação compulsória do objeto da licitação, tampouco da assinatura do contrato, tendo em vista que o contratante pode fazê-lo com outro licitante, desde que este assumo o valor da proposta vencedora.
- (B) assiste direito à adjudicação do objeto e assinatura do contrato compulsoriamente, independentemente de manifestação de vontade do contratante, porque se trata de ato vinculado.
- (C) poderia assistir direito à adjudicação do objeto do certame em seu favor, mas não à assinatura do contrato, salvo se a Administração pública praticasse atos que demonstrassem concreta intenção de contratar com terceiros o mesmo objeto anteriormente licitado.
- (D) assistiria direito de exigir a assinatura do contrato caso conseguisse demonstrar a existência de recursos orçamentário-financeiros para tanto, hipótese em que não caberia juízo de conveniência e oportunidade do contratante.
- (E) não assiste qualquer direito em face do poder público, que deve decidir pela adjudicação do objeto e assinatura do contrato ou pela anulação por razões de conveniência e oportunidade, diante, por exemplo, de não concretização de receitas estimadas para o exercício.
34. Dentre as imputações mais rigorosas que se pode fazer atualmente aos potenciais sujeitos ativos está a prática de ato de improbidade administrativa. Quanto aos tipos de atos de improbidade previstos na lei, considere as seguintes afirmativas:
- I. Os atos que importam enriquecimento ilícito exigem, para sua caracterização, no mínimo conduta culposa e comprovação da majoração da situação financeiro-patrimonial do sujeito ativo, dispensada prova da condição de agente público.
- II. Os atos que causam prejuízo ao erário exigem prova dessa condição, embora prescindam de dolo por parte do sujeito ativo, bastando comprovação de culpa e não necessariamente precisam ter sido praticados por agente público estrito senso.
- III. Os atos que atentam contra os princípios da Administração pública exigem comprovação de dolo por parte do sujeito ativo, mas dispensam prova do prejuízo ao erário, tendo em vista que a norma visa à proteção dos princípios, cuja violação constitui, por si só, fator suficiente para configurar potencial de dano.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.
35. Não obstante a presunção de veracidade e de legitimidade de que são predicados os atos administrativos, há vícios que podem evitá-los e, diante deles, as consequências podem ser diversas. MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO, ao tratar dos vícios relativos aos atos administrativos, nos traz a seguinte lição: *Assim, haverá vício em relação (...) quando qualquer desses requisitos deixar de ser observado, o que ocorrerá quando for: 1. Proibido pela lei; por exemplo: um Município que desaproprie bem imóvel da União; 2. Diverso do previsto na lei para o caso sobre o qual incide; por exemplo: a autoridade aplica a pena de suspensão, quando cabível a de repreensão 3. Impossível, porque os efeitos pretendidos são irrealizáveis, de fato ou de direito; por exemplo: a nomeação para um cargo inexistente; (...)* (Direito Administrativo, 28ª edição. São Paulo, Atlas, p. 287). Adequada relação de identificação entre o vício tratado pela autora e a consequência por ele imposta ao ato administrativo é aquela que trata de vício quanto
- (A) ao objeto, que eiva de nulidade o ato, pois são atos insanáveis, na medida em que eventual correção do objeto para hipótese legalmente prevista ensaja a prática de ato distinto, não de convalidação.
- (B) à finalidade, que pode ser sanado, com a indicação de uma finalidade válida, ainda que não seja aquela pretendida pela Administração.
- (C) à competência, que, em regra, não pode ser sanado, tendo em vista que a divisão de atribuições e competências não admite delegação, salvo expressa disposição em contrário.
- (D) à forma, que não pode ser sanado em razão do princípio da formalidade que impera no processo administrativo e que se presta a tutelar os direitos e garantias fundamentais dos administrados.
- (E) aos motivos, que podem ser sanados, desde que o resultado obtido seja legalmente previsto, pois é possível conformar a motivação da prática do ato para atingimento daquela finalidade.
36. O direito de petição previsto na Lei nº 8.112/90
- (A) assiste somente aos servidores titulares de cargo efetivo, tendo em vista que os servidores comissionados e os ocupantes de emprego público não se submetem ao princípio do concurso público para ingresso no serviço público.
- (B) deve ser sempre dirigido à autoridade imediatamente superior ao servidor, em razão do poder hierárquico e disciplinar dos quais é dotado, o que abrange análise de legalidade e de conveniência e oportunidade sobre o requerimento pretendido.
- (C) deve ser encaminhado pela autoridade imediatamente superior ao requerente, que não pode emitir juízo de valor sobre o pedido, vedado, no entanto, pedido de reconsideração ou recurso em face da decisão da autoridade competente, posto que não se trata de processo administrativo, onde presente o princípio do contraditório e da ampla defesa.
- (D) deve ser exercido sem que o requerente tenha vista do processo a que se refere o pedido, salvo se diante de processo disciplinar, em que esse direito é garantido aos servidores desde a instauração.
- (E) é direito do servidor e admite interposição de pedido de reconsideração e de recurso contra a decisão proferida pela autoridade competente, correndo, no entanto, prescrição para exercício do direito de petição.

**Noções de Direito do Trabalho**

37. A Empresa Leia Mais, editora de livros, admitiu e dispensou Arnaldo como empregado na função de jornalista, que nada recebeu a título de verbas rescisórias. O sócio de Leia Mais também dirige a Empresa Tô Seguro, que explora o ramo de vigilância e segurança. Considerando que Arnaldo nunca prestou qualquer tipo de serviço para a empresa Tô Seguro, ao ingressar com reclamação trabalhista, terá direito a mover ação contra
- (A) a Empresa Leia Mais apenas, por serem empresas com objetos sociais distintos, não podendo se caracterizarem como grupo econômico.
- (B) ambas as empresas, alegando grupo econômico e responsabilidade subsidiária da Empresa Tô Seguro no pagamento de suas verbas trabalhistas.
- (C) a Empresa Leia Mais apenas, sua empregadora, sendo que em caso de inadimplência, poderá ingressar novamente contra a Empresa Tô Seguro.
- (D) a Empresa Leia Mais apenas, pois nunca atuou-se na Empresa Tô Seguro, não podendo responsabilizá-la por suas verbas trabalhistas.
- (E) ambas as empresas, alegando grupo econômico e responsabilidade solidária entre elas no pagamento de suas verbas trabalhistas.

38. Xisto, Justo e Tiago prestam serviços para a Empresa X Ltda., sendo o primeiro empregado mensalista, o segundo diarista e o terceiro empregado quinzenalista. O descanso semanal remunerado já está incluído, sem que haja acréscimo na remuneração do seu repouso semanal para
- (A) Xisto, apenas.
- (B) Xisto, Justo e Tiago.
- (C) Justo e Tiago, apenas.
- (D) Xisto e Tiago, apenas.
- (E) Tiago, apenas.

39. No tocante ao salário e remuneração, é INCORRETO, afirmar:
- (A) Não é considerado salário-utilidade o vestuário e os equipamentos fornecidos ao empregado e utilizado no local de trabalho para a prestação do serviço.
- (B) As comissões, percentagens, gratificações ajustadas e diárias para viagem que excedam 50% do salário integram a remuneração do empregado.
- (C) Em caso de dano causado pelo empregado por culpa, o desconto salarial será lícito independentemente da anuência do empregado.
- (D) Quando o pagamento for estipulado por mês, este deverá ser efetuado até o 5º dia útil subsequente ao vencido.
- (E) O pagamento de salário efetuado em moeda estrangeira, mesmo que acordado entre as partes, é considerado como não feito.

40. Sobre direito coletivo do trabalho, considere:

- I. Nenhuma disposição de contrato individual de trabalho que contrarie normas de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho poderá prevalecer na execução do mesmo, sendo nula de pleno direito.
- II. As condições estabelecidas em Convenção, quando mais favoráveis, prevalecerão sobre as estipuladas em Acordo Coletivo.
- III. Se entende como categoria profissional a similitude de condições de vida oriunda da profissão ou do trabalho em comum em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares.
- IV. Como forma de financiamento das atividades do sindicato, será devida a contribuição sindical, obrigatória, somente para todos os trabalhadores que forem sindicalizados, cujo valor será de um dia de seu salário por ano.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e IV.

41. Considere:

- I. Inobstante o princípio basilar do Direito Individual do Trabalho no tocante à indisponibilidade dos direitos trabalhistas, não há impedimento na supressão de direitos trabalhistas em face do exercício, pelo devedor trabalhista, da arguição da prescrição ou em face do não exercício, pelo credor trabalhista, de prerrogativa legal, como no caso da decadência.
- II. A renúncia e a transação são exemplos de supressão de direitos trabalhistas, operadas pelos titulares de seus direitos, sendo a renúncia ato unilateral da parte e a transação ato bilateral, pelo qual se acertam direitos e obrigações entre as partes acordantes, mediante concessões recíprocas.
- III. Mesmo sendo titular de um direito indisponível, o trabalhador não pode dispor de todos os seus direitos trabalhistas, que estão acobertados pela indisponibilidade absoluta, como é o caso do direito ao registro em CTPS, ao salário mínimo e à incidência das normas de proteção à saúde e segurança do trabalhador.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

**Noções de Direito Processual do Trabalho**

42. Segundo as normas processuais, em uma reclamação trabalhista a reclamada deverá alegar toda a matéria de defesa na contestação, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir (art. 300 do Código de Processo Civil). Trata-se especificamente do Princípio
- (A) da estabilidade da lide.
- (B) da eventualidade.
- (C) da instrumentalidade
- (D) inquisitivo.
- (E) da economia processual.



43. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a reclamação verbal será distribuída antes de sua redução a termo. Após a distribuição da ação, o reclamante possui o prazo de cinco dias para apresentar-se ao cartório ou à secretaria, para reduzi-la a termo. Em regra, se o reclamante não comparecer neste prazo
- (A) incorrerá na penalidade de perda, pelo prazo de sessenta dias, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.
- (B) será marcado novo dia, com a intimação do reclamante via Correio, não havendo penalidade.
- (C) será marcado novo dia, com a intimação pessoal do reclamante através de Oficial de Justiça, não havendo penalidade.
- (D) incorrerá na penalidade de perda, pelo prazo de três meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.
- (E) incorrerá na penalidade de perda, pelo prazo de seis meses, do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.

44. Considere:

- I. Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado do Paraná.
- II. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- III. Ministério Público do Trabalho.
- IV. Fundação Pública Municipal "A"

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, são isentos do pagamento de custas processuais os indicados em

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

45. Segundo as normas estabelecidas pela Consolidação das Leis do Trabalho, no tocante ao Procedimento Sumaríssimo é INCORRETO afirmar que

- (A) os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- (B) somente quando a prova do fato o exigir, ou for legalmente imposta, será deferida prova técnica, sendo que as partes serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo comum de oito dias.
- (C) as demandas em que a Administração Pública fundacional é parte estão excluídas do procedimento sumaríssimo.
- (D) nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado.
- (E) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente

46. O Recurso de Revista, dotado de efeito

- (A) suspensivo e devolutivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.
- (B) apenas devolutivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.
- (C) suspensivo e devolutivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho competente.
- (D) apenas devolutivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho competente.
- (E) apenas devolutivo, será interposto perante o relator do acórdão recorrido, sendo que este encaminhará ao Presidente após o juízo de admissibilidade.

**Noções de Administração Pública, de Contabilidade Pública, de Orçamento Público e Finanças**

47. Suponha que determinada organização pretenda aplicar, em seu processo seletivo para contratação de pessoal, os conceitos de Gestão por Competências, utilizando-se das ferramentas pertinentes. Em tal cenário, afigura-se relevante

- (A) identificar as competências necessárias para os cargos correspondentes, e verificar as que não estão presentes dentro da própria organização.
- (B) identificar as lacunas existentes entre as competências demandadas pela organização e aquelas disponíveis no mercado.
- (C) mapear os processos de trabalho da organização, identificando os cargos necessários para melhorar sua efetividade.
- (D) realizar a prévia redução das estruturas existentes na organização, no processo conhecido como *downsizing*.
- (E) utilizar o mapa estratégico da organização, alinhando os recrutamentos com a missão estratégica identificada.

48. Conforme apontado pela doutrina especializada, a gestão por processos possibilita que a organização seja vista, não como um conjunto de departamentos estanques, mas sim como um fluxo contínuo de atividades encadeadas visando satisfazer a necessidade dos clientes. Nesse contexto, a diferenciação entre os processos principais ou primários e os secundários, consiste, basicamente, na circunstância de que os

- (A) secundários são uma sequência lógico-temporal dos principais e agregam valor para o produto ou serviço finais.
- (B) primários resultam na entrega de algum bem ou serviço ao cliente final, enquanto os secundários são processos internos.
- (C) secundários podem ser dispensados no contexto da gestão por processos, eis que não contribuem para a execução dos principais.
- (D) principais são de natureza eminentemente gerencial, ligados à estratégia e utilizados na tomada de decisões.
- (E) secundários são ligados à produção de bens ou serviços e os primários à gestão de pessoas.



49. O conceito de maturidade no gerenciamento de projetos é mais comumente aplicado quando os projetos são repetitivos ou quando a organização executa projetos reiteradamente. Existem diferentes abordagens para identificar o grau de maturidade no gerenciamento de projetos, entre os quais o modelo da ESI International (Project Framework), que propõe cinco níveis de maturidade, entre os quais o
- (A) gerenciado, que corresponde ao segundo nível de maturidade, no qual as dificuldades são identificadas.
- (B) otimizado, correspondente ao nível intermediário de maturidade, dado que não padroniza integralmente as etapas.
- (C) integrado, consistente no nível mais avançado, facilitando o alinhamento estratégico e o alcance dos objetivos.
- (D) macroprocesso, alcançado a partir do encadeamento de todas as etapas do projeto.
- (E) *ad hoc*, quando não há definição de processos e o desempenho é precário.
50. O contrato de gestão é um dos instrumentos passíveis de utilização na gestão por resultados na administração de serviços públicos. O cerne de tal instrumento consiste
- (A) no aumento de receitas próprias da entidade, em relação àquelas oriundas do Orçamento Fiscal.
- (B) na gestão de pessoas mediante remuneração por resultados.
- (C) no estabelecimento de mandato para os dirigentes, que podem, contudo, ser destituídos caso a entidade não alcance as metas pactuadas.
- (D) no comprometimento da entidade com metas de desempenho, obtendo, em contrapartida, maior autonomia gerencial.
- (E) na implantação de técnicas de gestão da iniciativa privada, pautadas pela busca da eficiência e efetividade.
51. Uma das etapas relevantes do planejamento estratégico é o diagnóstico institucional ou estratégico, que, por seu turno, comporta uma análise interna e uma análise externa:
- I. a primeira, restrita e controlável, identifica os pontos fortes e fracos da organização.
- II. a segunda, ampla, identifica as ameaças e oportunidades.
- III. ambos, conjugadas, conduzem à identificação da missão e da visão da instituição.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
- (B) III.
- (C) II.
- (D) I.
- (E) I e II.
52. Considere os elementos patrimoniais de uma entidade pública governamental em 31/12/2014:
- I. *Software*, não integrante de *hardware*, desenvolvido internamente para o acompanhamento eletrônico de processos judiciais, com vida útil econômica de cinco anos.
- II. Décimo terceiro salário a pagar aos servidores públicos referente a despesas já empenhadas.
- III. Cartilhas produzidas pela entidade para distribuição gratuita em 2015.
- IV. Resultados patrimoniais superavitários de exercícios anteriores a 2014 acumulados.
- Os itens I, II, III e IV devem ser evidenciados no Balanço Patrimonial de 31/12/2014, respectivamente, no ativo
- (A) intangível, passivo circulante, ativo circulante e patrimônio líquido.
- (B) imobilizado, passivo circulante, ativo circulante e patrimônio líquido.
- (C) intangível, passivo circulante, ativo não circulante e passivo não circulante.
- (D) intangível, passivo permanente, ativo financeiro e patrimônio líquido.
- (E) imobilizado, passivo financeiro, ativo financeiro e passivo não circulante.
53. Em 2015, o pagamento de Restos a Pagar Processados inscritos em 31/12/2014 referente a Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica gera uma variação patrimonial
- (A) qualitativa, pois reduz o valor do patrimônio líquido.
- (B) qualitativa, pois reduz o total do ativo e passivo concomitantemente e pelo mesmo valor.
- (C) quantitativa, pois altera a composição do patrimônio público.
- (D) qualitativa aumentativa, pois aumenta o valor do patrimônio líquido.
- (E) quantitativa diminutiva, pois reduz o total do ativo e passivo concomitantemente e pelo mesmo valor.
54. Em 01/11/2014, uma entidade governamental colocou em condições de uso e iniciou a utilização de um arquivo deslizante. Para isso, empenhou e liquidou despesas com Equipamentos e Material Permanente de R\$ 192.000,00 relativo ao valor de aquisição e com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica no valor de R\$ 18.000,00 referente à montagem do arquivo deslizante. Em 01/11/2014, a estimativa do valor residual do ativo era R\$ 30.000,00 e da sua vida útil de 10 anos. Considerando que, para o cálculo da depreciação do ativo, a entidade utiliza o método das quotas constantes, em 2014 e em reais, foi reconhecida uma variação patrimonial quantitativa
- (A) aumentativa de 210.000,00.
- (B) diminutiva de 3.500,00.
- (C) aumentativa de 192.000,00.
- (D) diminutiva de 3.000,00.
- (E) diminutiva de 2.700,00.



55. Em relação aos Princípios de Contabilidade sob a Perspectiva do Setor Público, os Restos a Pagar não Processados referentes a Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, cuja prestação de serviços ainda tenha sido realizada, não devem ser reconhecidos como um passivo porque fere o Princípio
- (A) da entidade.
  - (B) da continuidade.
  - (C) da competência.
  - (D) da prudência.
  - (E) do registro pelo valor original.

56. Considere os dados apresentados, a seguir, extraídos das Demonstrações Contábeis de um ente federativo referente ao exercício financeiro de 2014:

	Em R\$ (mil)
Previsão Inicial da Receita	150.000,00
Previsão Atualizada da Receita	160.000,00
Receitas Arrecadadas	158.000,00
Dotação Inicial	150.000,00
Dotação Atualizada	163.000,00
Despesas Empenhadas	159.000,00
Despesas Liquidadas	147.000,00
Despesas Pagas	130.000,00
Pagamento de Restos a Pagar	21.000,00

Com base nestas informações, é correto afirmar que, em 2014, em milhares de reais,

- (A) a despesa realizada excedeu a despesa autorizada pelo Poder Legislativo.
  - (B) o excesso de arrecadação evidenciado no Balanço Orçamentário foi 8.000,00.
  - (C) o valor dos restos a pagar processados inscritos no exercício foi 12.000,00.
  - (D) os recebimentos extraorçamentários, evidenciados no Balanço Financeiro, foram de 29.000,00.
  - (E) o aumento no saldo em espécie evidenciado no Balanço Financeiro foi 28.000,00.
57. A reabertura de créditos especiais no exercício subsequente, cujo ato de autorização foi promulgado nos 4 últimos meses do exercício, é uma exceção ao Princípio orçamentário da
- (A) anualidade.
  - (B) universalidade.
  - (C) competência.
  - (D) unidade.
  - (E) tempestividade.

58. A avaliação de resultados com ênfase na eficácia e não na eficiência é uma característica do orçamento
- (A) clássico.
  - (B) base zero.
  - (C) funcional.
  - (D) programa.
  - (E) incremental.

59. É uma receita orçamentária:
- (A) Transferências Financeiras recebidas.
  - (B) Transferências Correntes.
  - (C) Superávit Financeiro.
  - (D) Cancelamento de Restos a Pagar.
  - (E) Antecipação de Receita Orçamentária.

60. As despesas intraorçamentárias são aquelas realizadas
- (A) somente entre os integrantes do orçamento fiscal da mesma esfera de governo.
  - (B) entre integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social de qualquer esfera de governo.
  - (C) entre os integrantes do orçamento fiscal, da seguridade social e investimento da mesma esfera de governo.
  - (D) no âmbito de cada ente público integrante do orçamento fiscal, da seguridade social e de investimento da mesma esfera de governo.
  - (E) entre os integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social da mesma esfera de governo.

**DISCURSIVA – REDAÇÃO****Atenção:**

Conforme Edital do Concurso, Capítulo XI, itens:

“5. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) for escrita a lápis, em parte ou na sua totalidade; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 6. A folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva – Redação pela Banca Examinadora. 7. Na Prova Discursiva – Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 8. A Prova Discursiva – Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta).”

**Observação:**

- NÃO é necessária a colocação de título na Prova Discursiva – Redação.

*Epicuro havia percebido que as leis não educam: que não eram feitas para serem propriamente obedecidas, mas para garantir, sobretudo, a possibilidade de punição. Ele se deu conta, por um lado, de que a educação e as necessidades básicas do ser humano deveriam ser gerenciadas pela pólis (Estado); por outro lado, viu que era preciso, de algum modo, isolar para educar, porém, sem reclusão, porque a virtude do caráter político não se reduz, afinal, a um modelo ou teoria, tampouco ao recinto de uma instituição ou de uma pólis.*

(Adaptado de: SPINELLI, Miguel. **Epicuro e as bases do epicurismo**, São Paulo, Paulus, 2013, p. 8)

Com base no excerto acima, escreva uma dissertação justificando amplamente seu ponto de vista.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30